

**Caixa Econômica
Federal – CAIXA**
**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis (consolidadas)**
31 de dezembro de 2010



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (consolidadas)

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Econômica Federal – CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (a “CAIXA” ou “Instituição”) e sua controlada em 31 de dezembro de 2010 que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Caixa Econômica Federal – CAIXA

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 3 (a) e na Nota 36 às demonstrações contábeis, a CAIXA, por meio de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, detém investimento no Banco Panamericano S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 781 milhões, e o correspondente resultado de equivalência patrimonial registrado é de R\$ 42 milhões. Em 9 de novembro de 2010, o Banco Panamericano S.A. divulgou, por meio de fato relevante, a captação de R\$ 2,5 bilhões destinados a preservar o equilíbrio patrimonial e a ampliar a liquidez operacional do banco, em função de inconsistências contábeis que não permitiram a apresentação adequada de suas demonstrações contábeis. Em 29 e 31 de janeiro de 2011, o Banco Panamericano S.A. emitiu novos fatos relevantes, que comunicam a não conclusão dos trabalhos para a apuração das inconsistências contábeis informadas anteriormente e a celebração do contrato de compra e venda de ações firmado entre o Grupo Silvio Santos e o Banco BTG Pactual S.A., respectivamente. Portanto, o processo de apuração dessas inconsistências contábeis pelo Banco Panamericano S.A. e a divulgação de suas demonstrações contábeis ajustadas, bem como outros procedimentos de avaliação sobre o investimento da CAIXAPAR nesse banco, ainda não estão finalizados. Consequentemente, a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR não possuem as informações necessárias para refletir em suas demonstrações contábeis os efeitos de eventuais ajustes oriundos do investimento no Banco Panamericano S.A. Dessa forma, não foi praticável a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2010 e ao resultado por ele produzido no exercício e semestre findos nessa data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos ainda não determinados relacionados ao assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos tributários

Conforme Nota 22 (a) às demonstrações contábeis, a CAIXA possuía R\$ 15.935 milhões em 31 de dezembro de 2010 de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 4.744 milhões. O valor líquido de R\$ 11.191 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Caixa Econômica Federal – CAIXA

Ênfase – créditos com FCVS

Conforme mencionado na Nota 1, a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 8 (b), a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R\$ 25.957 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 8.087 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.447 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 15.181 milhões, está condicionada ao processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos – informações suplementares

Em conexão com nossas revisões limitadas das Informações Financeiras Trimestrais (IFTs) da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro e em 30 de setembro de 2010 não incluídas no conjunto destas demonstrações contábeis consolidadas, cujos relatórios de revisão foram emitidos, sem ressalvas e com ênfases sobre os mesmos assuntos descritos anteriormente, datados de 11 de fevereiro de 2011 e 12 de novembro de 2010, respectivamente, procedemos à revisão dos balanços patrimoniais consolidados da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro e em 30 de setembro de 2010 e das demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos trimestres findos em 31 de dezembro e 30 de setembro de 2010, as quais estão sendo apresentadas pela sua administração para propiciar informações suplementares sobre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada. Essas informações estão sendo apresentadas de forma comparativa com as demonstrações contábeis consolidadas mencionadas anteriormente, sem contudo fazerem parte das demonstrações contábeis estatutárias e, dessa forma, a sua apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 “S” DF